

JE

Jornal dos Economistas

Nº 312 Julho de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Planejamento de longo prazo

Carlos Lessa, João Paulo de Almeida Magalhães, Wilson Cano e Antonio Corrêa de Lacerda discutem o planejamento de longo prazo e por que abandonamos prática tão importante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Reforma Tributária

Entidades de economistas apresentam proposta e apontam a injustiça tributária no país



Planejamento de longo prazo

A edição atual dedica-se a discutir propostas para um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e tentar entender por que abandonamos esta prática tão importante em prol do imediatismo.

Na abertura do bloco temático, Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, afirma em entrevista que o primeiro item do projeto nacional deveria ser melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas do país, o que implica a elevação do padrão dos serviços públicos. Ele ressaltou também a necessidade de o brasileiro recuperar a autoestima.

João Paulo de Almeida Magalhães, decano dos economistas brasileiros, aponta em artigo que o planejamento de longo prazo constitui ponto central de políticas bem-sucedidas de desenvolvimento. No caso brasileiro, ele sugere que o planejamento priorize as exportações de produtos de tecnologia avançada para os mercados internacionais.

Wilson Cano, da Unicamp, destaca as dificuldades políticas e econômicas para a implementação efetiva de um planejamento de longo prazo e as limitações impostas ao país pelo modelo macroeconômico neoliberal adotado em 1990.

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, afirma que, além da carência de um plano estratégico de longo prazo, o país enfrenta no curto prazo o descompasso entre o objetivo de ajuste fiscal e a contínua elevação dos juros. Vamos pagar cerca R\$ 400 bilhões de encargos sobre a dívida pública em 2015, R\$ 89 bilhões a mais do que em 2014, o que é superior a todo esforço fiscal a ser obtido com aumento de impostos e corte de gastos e investimentos neste ano.

Fora do bloco temático, publicamos texto com uma proposta para o debate da reforma tributária assinado por um conjunto de entidades representativas de economistas, incluindo o Corecon-RJ e o Sindecon-RJ. O texto, intitulado *Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas: a sociedade e o Estado Brasileiro merecem essa conquista*, aponta que o Brasil é um dos países mais injustos em relação à cobrança de tributos e cita dados do IPEA que demonstram que as pessoas que recebem até dois salários mínimos despendem 53,9% do que ganham pagando tributos, e as que recebem mais de 30 salários mínimos gastam 29%.

Sumário

Entrevista: Carlos Lessa.....	3
“O primeiro item do projeto nacional é certamente melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas”	
Planejamento de longo prazo.....	6
João Paulo de Almeida Magalhães	
Planejamento de longo prazo para o Brasil	
Planejamento de longo prazo.....	8
Wilson Cano	
Um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico do Brasil?	
Planejamento de longo prazo.....	10
Antonio Corrêa de Lacerda	
Para além do ajuste fiscal	
Proposta para debate.....	12
Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas: a sociedade e o Estado Brasileiro merecem essa conquista	
Corecon-RJ abre inscrições para	16
V Encontro de Economistas da Região Sudeste	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Alledo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo – 3º TERÇO: (2013-2015) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º TERÇO: (2013-2015) Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

“O primeiro item do projeto nacional é certamente melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas”

Mestre de várias gerações de economistas, ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa concedeu entrevista exclusiva ao JE, na qual apresentou suas visões sobre um projeto de desenvolvimento econômico e social de longo prazo para o Brasil.

P: Entre os economistas, muitos acreditam que nesse período de governos do PT, a grande falha foi não se ter pensado em um projeto de longo prazo para o país...

R: A reflexão sobre o passado é importante para entendermos como chegamos ao hoje, não para dar nota. A pergunta relevante é: o Brasil pode olhar para o futuro com certa confiança, e o que é minimamente necessário para isso?

Todo e qualquer brasileiro deve pensar que o objetivo de longo prazo é ser uma sociedade mais próspera e justa que a atual. Mais próspera implica necessariamente desenvolver as forças produtivas. E mais justa significa aperfeiçoar a organização social, de maneira a garantir a qualquer brasileiro um mínimo de dignidade e qualidade de vida. Fica explícito que as forças produtivas terão que ser desenvolvidas, e a primeira coisa a se perguntar é por que caminhos. Os elementos que deveriam ser observados são as nossas potencialidades, realidades e as restrições que podem vir a ser superadas por escolhas sucessivas, ou seja, a trajetória que teremos que construir para chegar à linha do horizonte. Até acho que nunca se chega à linha do horizonte, ela sempre se

desloca para frente, mas é a grande inspiradora do navegante.

Eu vou me centralizar em algumas observações. A primeira: o Brasil vem perdendo posição a nível mundial. Por volta do final dos anos 1920, o Brasil era, do ponto de vista macrodinâmico, um enorme cafezal, com um complexo açucareiro pouco dinâmico e algumas atividades ligadas predominantemente a esse papel complementar da economia mundial. O Brasil tinha a maior parte de sua população em zona rural e o grau de integração nacional era reduzido. Mas se você olhar 50 anos depois, o Brasil já dispunha do sétimo sistema industrial do mundo em termos de densidade e interarticulações. E se você projetasse esse meio século, encontraria que a economia brasileira andou crescendo a seis ou sete por cento ao ano. É inquestionável que o Brasil mudou radicalmente de um cafezal para uma economia urbano-industrial. Ainda com desequilíbrios sociais gravíssimos, porém as forças produtivas deram um salto à frente.

Se você procurar um projeto de longo prazo, vai descobrir que, de 1930 até 1980, o Brasil teve um projeto nacional. Havia quase que um consenso de que o país necessitava se industrializar e urbanizar,



por razões variadas. A industrialização era compreendida como condição *sine que non* para as forças produtivas poderem seguir em frente, e a urbanização era percebida como o ingrediente que iria modificar a equação social brasileira, criando novos protagonistas, comportamentos, atores etc.

Nesse período, o Brasil teve uma taxa espetacular de crescimento. Esse período foi declarado encerrado, quando Collor fez questão de dizer que o automóvel brasileiro era uma carroça, querendo dizer que a industrialização brasileira era uma fraude histórica. A partir daí você tem uma trajetória cujo ponto referencial é o discurso de FHC declarando que a Era Vargas havia terminado. Disse que o projeto de industrialização

e urbanização de Vargas estava terminado. E aí vem a afirmativa: exportar é a solução, e isso exige que o Brasil esteja afinado com as tendências e regras da expansão mundial, que era formalmente a adesão ao Consenso de Washington. FHC se declarou serventuário desta visão. Toda a construção anterior foi considerada um grave equívoco histórico. Depois de 50 anos em que o Brasil saiu de um cafezal e se situou na pré-vanguarda industrial do mundo, o país retirou a ideia das forças produtivas se desenvolverem via indústria. Colocou a ideia genérica de que o Brasil devia se integrar à globalização. De lá pra cá, essa proposta não foi questionada – ficou movida como sendo o horizonte para o Brasil perseguir.

Ficamos muito para trás em relação à posição que ocupamos no passado, porque passamos pelos menos uns trinta anos crescendo em médias entre dois e três por cento ao ano. Melhorou um pouquinho a partir do segundo mandato Lula, chegando em torno de quatro por cento, mas claramente insuficiente. O Brasil tem que crescer 5,5% ao ano para gerar empregos e impedir que cresça o volume da população não incorporada ao progresso econômico e social.

P: O que seria para o Brasil um projeto nacional viável?

R: Temos que caminhar com duas pernas: uma partindo do princípio que o Brasil hoje é uma sociedade urbana, mas com desníveis absolutamente inquietantes entre as cidades e no interior das cidades. Mais de 80% da população brasileira hoje vive em cidades. A primeira reflexão de um país urbano é perguntar como está o diferencial entre as cidades. As diferenças são afritivas. Algumas vivem em situações preocupantes, como níveis baixos de saneamento, vulnerabilidade muito alta a epidemias e endemias locais, insuficiências imensas de serviços públicos. Porém há um espécie de denominador comum a todas as cidades brasileiras: em todas elas a qualidade de vida está muito discutível, vem se degradando. Apesar de os padrões de vida médios estarem se elevando, a qualidade de vida está se degradando.

A educação, a saúde e o sistema de segurança pública vão mal. A mobilidade urbana, quanto maior a cidade, mais catastrófica ela é, sendo que nas metrópoles estão as mais dramáticas condições. E o mais estranho é que é resultado de uma certa trajetória que o Brasil perseguiu ao longo de muitas décadas. Quando nós sonhamos com

o desenvolvimento industrial, nós o fizemos mediante um salto cujo centro foi a instalação da indústria metal mecânica, tendo a automobilística no seu coração. Fizemos da utilização do veículo automotor o referencial mais forte de organização social e de padrão de vida. É espantoso, mas a prioridade foi dada ao cidadão automóvel, não ao cidadão humano. Essa crise de mobilidade urbana é resultado disso. Tivemos uma revolução quantitativa espetacular na frota de veículos automotores e uma degradação acelerada da mobilidade urbana.

Então qualquer projeto brasileiro tem que ter presente isso. O primeiro item do projeto nacional é certamente melhorar a qualidade de vida nas zonas urbanas, especialmente nas regiões metropolitanas. Nós devíamos aperfeiçoar o conceito de organização urbana brasileira. Um objetivo claro é fazer convergir o padrão de vida nas cidades para determinados indicadores mínimos de qualidade de vida: acesso a uma água de qualidade; condições de saneamento que evitem a vulnerabilidade a epidemias; educação adequada; reduzir ao mínimo as possibilidades a incidência da doença, da dor, e tornar a qualidade da existência de cada um de nós mais favorável por atenção à saúde. Eu não creio que seja difícil executar tais coisas. Saiba por quê? Porque a maior parte desses serviços exige mão de obra. **Se você pensa em longo prazo, você pode pensar rigorosamente em prioridades relacionadas à qualidade dos chamados serviços públicos gerais para a população. Então, a primeira coisa que eu colocaria em um projeto nacional brasileiro é substituir um pouco essa discussão sobre desequilíbrios regionais para entendê-la como desequi-**

líbrios dentro da rede urbana – intraurbana e interurbana.

O segundo item é o deslocamento do epicentro de atividade da economia brasileira do núcleo metal-mecânico para outro grupo. Qual o outro grupo possível? Aí é que vem a questão das forças produtivas. Não podemos continuar nesse ritmo de desindustrialização e desnacionalização. A desindustrialização por razões óbvias: fazer com que o país se converta numa espécie de celeiro do mundo não é necessariamente uma proposta equivocada. Mas ficar satisfeito em ser celeiro do mundo e ponto é uma proposta inteiramente equivocada. O Brasil pode fazer, e não há nenhuma razão para não fazê-lo, uma agropecuária expressiva ou uma atividade de produção de commodities industriais relevante. Aliás, o Brasil está até hipertrofiando essas atividades, não por elas serem hostis ao país, mas porque houve um processo de desindustrialização. Aí a pergunta é a seguinte: como se reindustrializa? Eu tenho uma visão absolutamente clara de que isso é uma política científica e tecnológica. Mas uma política científica e tecnológica que está vocacionada a robustecer as forças produtivas.

Há dois exemplos de sucesso: primeiro a Petrobras. Quando a Petrobras foi formada se dizia que o Brasil não tinha competência técnica nem gerencial para ter uma empresa de petróleo nacional. E o que se demonstrou foi exatamente o contrário, ela se converteu na maior e mais importante empresa brasileira. Barreiras técnicas existiram, mas ela foi superando, e hoje em alguns capítulos técnicos ela está na vanguarda do sistema petrolífero mundial. A Petrobras é um enorme sucesso, apesar de estar praguejada por todos os problemas que conhe-

ceamos. Outro exemplo de sucesso é a Embraer. Ela não apenas se desenvolveu em um ramo sofisticado tecnologicamente, mas também se provou competente para produzir produtos que preencheram nichos no sistema de mercado mundial. E isso veio de onde? De um esforço concentrado de um setor tecnológico da Força Aérea. Veio também de uma atuação absolutamente coordenada das instâncias públicas para fortalecer a Embraer, que contou com o financiamento do BNDES.

Agora, quer um fracasso? A indústria automobilística. A história das indústrias brasileiras tem um monte de episódios tentativos: a Fábrica Nacional de Motores, que era inicialmente estatal, e a Gurgel. Autopeças, que era inicialmente um sonho de Juscelino para equilibrar o peso das montadoras, virou satélite subordinado às montadoras, praticamente.

P: Em que setores deveríamos concentrar nossos esforços?

R: Nós temos algumas atividades agroexportadoras bem-sucedidas. Por que não apostar no seu complexo? Vou dar um exemplo: o mais antigo de todos os complexos brasileiros é certamente o complexo agroexportador ligado a açúcar e álcool, que vem lá do Brasil Colônia. Desenvolvemos tecnologias próprias para construção de usinas, equipamentos etc.? Sim. Porém, estamos preservando essa capacidade nesse setor? Não sei, porque estamos permitindo uma desnacionalização acelerada no etanol.

Outro exemplo é a soja. O Brasil ocupa uma posição absolutamente espetacular. A soja era uma planta de clima temperado e hoje é uma planta de clima tropical, a partir de pesquisas da Embrapa. Mas hoje eu olho a soja e vejo: as sementes são da Monsanto, os fer-

tilizantes são em parte importados e praticamente não há fabricantes nacionais de equipamentos agrícolas. Então o que é nacional hoje no complexo da soja? A grande propriedade e os caminhoneiros que transportam. Mas o banco que financia não é necessariamente brasileiro, os exportadores não são grupos brasileiros e a Embrapa perdeu a hegemonia que tinha na pesquisa da soja. Onde está a fabricação de óleo e derivados, substitutos e complementos da soja?

Eu diria que um programa científico tecnológico para a reindustrialização brasileira tem que pegar as competências brasileiras. Por exemplo, o Brasil desenvolveu um vasto *know-how* ligado à eletricidade, porque as empresas tiveram que operar em condições tropicais, especiais, e acabaram desenvolvendo uma espetacular competência no setor. Porém, agora essa nossa competência está sob risco. O setor de empreiteiras está balançando. Como vamos segurar a competência que surgiu no Brasil em torno disso?

Em resumo, devemos caminhar por tecnologias dominadas por nós,

de nosso perfeito conhecimento, que são as tecnologias de prestação de serviços de apoio à qualidade de vida urbana. Nós temos toda a competência nesse segmento. Devemos caminhar pelo fomento técnico e industrial pesado ligado aos grandes recursos de que o país dispõe, de maneira a robustecer e interagir os complexos entre si.

Quando você vê a nível mundial, a Samsung, a Toyota e a Nokia são empresas fortíssimas que saíram de economias não tão robustas assim. Como a Embraer ou a Petrobras. Nós podemos também desenvolver toda uma forma de qualidade de vida urbana que responda aos requerimentos, aos padrões culturais com tecnologias conhecidas. Eu acho que é possível.

Por último, a pergunta é a seguinte: como se consegue a adesão da população a um projeto nacional? Tem que colocar para elas algum desejo que seja unificador das vontades. Para mim tem um óbvio: o sonho de casa própria, que é extremamente compatível com a vontade de organizar a vida urbana. Estimulemos ao máximo a

construção da casa própria, por pelo menos dois procedimentos. Um deles diz respeito ao setor de engenharia civil, as empresas de engenharia e os fabricantes de componentes ligados ao setor, que é predominantemente nacional – cimento, ferro de construção, material cerâmico, tintas etc., até o nível local, areia, brita, o pedreiro local, o marceneiro local, você tem toda uma disponibilidade interna para ser mobilizada nessa direção. Do outro lado, a construção popular, feita pelo próprio povão, que eu acho que é relativamente fácil de mobilizar se as prefeituras derem o apoio técnico de engenharia necessário e houver um programa de financiamento de material de construção para a construção popular. Você pode combinar e lançar um programa muito maior que o Minha Casa, Minha Vida, redefinindo os protagonismos.

É perfeitamente possível formular uma proposta de um projeto nacional e até conseguir a adesão da sociedade. Mas o projeto nacional exige algumas precondições. É preciso que a autoestima nacional cresça. A identidade nacional tem que estar reforçada. A ideia de nação tem que voltar a ser um valor. Eu ando extremamente preocupado, porque quando eu cotejo China, Índia e Rússia com o Brasil, vejo que estamos em uma posição muito desfavorável. Não pelas forças produtivas, porque no passado até tivemos forças produtivas bem robustas, mas porque a nossa autoestima, coesão e identidade nacional são muito baixas, comparadas aos padrões comportamentais desses outros países. Eu acho que o Brasil ter perdido de 7x1 foi para nós muito acabrunhento. Eu acho que deveríamos retomar uma

grande discussão sobre qual é o sonho nacional brasileiro. Não podemos continuar em uma erosão de autoestima tão acelerada quanto a que estamos tendo. Eu tenho muita esperança na juventude, porque ela já percebe que há problemas estruturais muito graves no país. Essa crise tem um lado pedagógico.

P: Estamos estagnados?

R: Estamos avançando. Grande parte do que está acontecendo hoje já é uma vitória da democracia. A ideia de que a corrupção freia o país é ingênua, porém meritória se inspirar uma conduta da sociedade brasileira contra a corrupção. É uma vitória do democrático você começar a punir o colarinho branco e ter bastante clara a ideia de que os direitos civis não devem só ser enunciados, mas devem ser praticados com militância. De certa forma, é como se a Nova República tivesse concluído a sua etapa, e agora se abre uma possibilidade de um aperfeiçoamento democrático. A Nova República recuperou a dimensão dos direitos civis. A novíssima geração está preocupada em aperfeiçoar esses direitos. Outra dimensão da Nova República é de um certo aperfeiçoamento da vida social, que explica muito, neste milênio, a conduta do PT. O PT tem um grande esforço por aperfeiçoar a vida social, porém errou porque assumiu a vida social pelo lado do consumo individual. A prioridade foi dada ao consumo de bens individuais: a compra do automóvel, geladeira, televisão etc. Houve um avanço social significativo. O que não houve foi um avanço das forças produtivas compatível com esse avanço social. E eu não acho que a sociedade brasileira vai retroceder. Acho que vai debater e ver à frente que o Brasil é viável.



Planejamento de longo prazo para o Brasil

João Paulo de Almeida Magalhães*

O planejamento de longo prazo constitui ponto central de políticas bem-sucedidas de desenvolvimento. Os problemas econômicos atualmente enfrentados pelo Brasil decorrem exatamente da falta desse planejamento. Ao assumir o Governo, o PT lançou-se em extensa política social, da qual o Bolsa Família constituiu uma das principais iniciativas. Errou, porém, em não adotar plano de longo prazo que garantisse aumento de PIB compatível com as vantagens concedidas aos trabalhadores. A grande dificuldade atual está no fato de que o PT ganhou quatro eleições presidenciais com base em vantagens concedidas aos grupos de menor renda. E para retomar políticas de longo prazo, algumas delas tem de ser suspensas, pelo menos temporariamente, ou reduzidas.

Somente após terem sido corrigidos os desequilíbrios resultantes do erro cometido, o planejamento de longo prazo pode ser considerado. Este objetiva, em última análise, implementar uma estratégia previamente definida pelo Governo. A estratégia define os objetivos econômicos a serem alcançados e os meios necessários para tanto. Recapitulemos.

No período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e 1980, o Brasil cresceu na taxa anual média de 7% com base no modelo, ou estratégia, de substituição de importações. Ao se esgotar em 1980 o estoque de importações substituíveis, a taxa de crescimento declinou drasticamente.

A CEPAL diagnosticou corre-

tamente o problema ao afirmar que nos achávamos diante de dificuldade gerada pela insuficiência de mercado. Propôs inclusive para contornar essa insuficiência a criação, na América Latina, de uma grande área de livre comércio, abrangendo todos os países da região. Uma tentativa foi feita nesse sentido, a ALALC –Área Latino-Americana de Livre Comércio. Esta, contudo, ao fim de três anos se revelou inviável. A alternativa, como demonstrava o sucesso dos países asiáticos, seria o recurso às exportações, ou seja, a substituição do mercado interno pelo externo como motor do crescimento econômico.

Fato histórico impediu que essa solução fosse adotada. A economia da URSS, que configurava o caso bem-sucedido de crescimento comandado por empresas públicas, começou a registrar problemas desde os anos 1980. Em 1990, o modelo estatizante entra em colapso final, com sua substituição pelo modelo capitalista. A visão neoliberal consagrada na *mainstream economics*, e que sempre criticara a ação do Estado no modelo de substituição de importações, assume o comando do pensamento econômico. Segundo ela, a causa do baixo crescimento da América Latina não seria uma insuficiência de mercado determinada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, mas a intervenção estatal na economia. Surge, assim, o Consenso de Washington, que se tornou a bíblia do neoliberalismo, passando a comandar a política econômica em todos os países da América Latina. Ou seja, o caminho a ser seguido para retomar o crescimento acelerado era o da

abstenção do Estado, com a economia comandada exclusivamente pelo mercado.

Com referência ao caso especial do Brasil, o que ocorreu com a adoção do modelo neoliberal foi um declínio da taxa média de expansão do PIB, dos 7% do período anterior para menos de 3%. Como não podia deixar de acontecer, os chamados desenvolvimentistas denunciaram, seguidamente, a política econômica em curso. Como, todavia, não conseguiram definir e justificar tecnicamente um modelo alternativo, suas críticas foram ignoradas. Os defensores do Consenso de Washington não poderiam, contudo, ignorar os maus resultados obtidos. Sua explicação é que ele errara ao não reconhecer o importante papel das instituições. Surgiu, assim, o Consenso de Washington Ampliado, que, contudo, em nada contribuiu para corrigir os maus resultados latino-americanos.

Após o prolongado período de lento crescimento, a necessidade de uma estratégia de crescimento vai ser reconhecida pela primeira vez em trabalho de Bielschowsky e Mussi de 2002, intitulado *Políticas para a Retomada do Crescimento*. Ele se baseou em questionário que abrangue cerca de 40 economistas do melhor nível nacional. Nos resultados da pesquisa, seus autores revelam o predomínio de uma visão curtoprazista com o consequente desinteresse por políticas de longo prazo. Trabalhos posteriores de W. Cano (2010) e A. Nacif (2012) confirmam a persistência desse curtoprazismo.

A solução do problema depende, em última análise, do re-



conhecimento da diferença entre o crescimento clássico dos países desenvolvidos e crescimento retardatário dos atuais países subdesenvolvidos. A simples existência do subdesenvolvimento significa que os mecanismos de mercado não funcionaram adequadamente. O que implica em reconhecer que, no crescimento retardatário, o Estado tem papel fundamental. Isso, contudo, não é suficiente. Vejamos o porquê.

Segundo a *mainstream economics*, o crescimento econômico moderno depende de duas fontes básicas. Em primeiro lugar, de uma tecnologia em constante progresso, permitindo acumulação, cada vez maior, de capital por trabalhador. Em segundo lugar, da existência das poupanças requeridas pelos investimentos destinados a aproveitar as novas tecnologias. No caso dos países subdesenvolvidos, a tecnologia já existe, bastando importá-la dos países de economia avançada. O necessário seria, portanto, apenas o Estado garantir nível adequado de poupanças.

O problema é que, como vimos acima, a interrupção do crescimento acelerado dos países da América Latina decorreu da insuficiência de mercado. Acontece que ninguém investe na inexistência de mercado para absorver os bens produzidos. As poupanças criadas ficariam, portanto, ociosas. Exatamente por isso, o Governo Dilma apelou para o Programa de Aceleração do Crescimento, baseado em investimentos de infraestrutura. Como estes são feitos na previsão de uma demanda futura, eles independem da prévia existência de mercado. O problema está em que esses investimentos apenas permitem – e não determinam – o crescimento. Este depende de investimentos em atividades diretamente produtivas. E estes são inviabilizados pela inexistência de mercado que se seguiu ao esgotamento das oportunidades de substituir importações. –Achamo-nos, assim, diante de um problema de mercado, cujo aprofundamento nos permitirá demonstrar a especificidade do crescimento retardatário.

As teorizações sobre o crescimento clássico disponíveis na *mainstream economics*, tanto neoclássicas quanto de crescimento endógeno, ignoram a questão do mercado, concentrando-se nos aspectos de inovações tecnológicas e formação de poupanças. Aceitam, em última análise, a chamada lei de Say, segundo a qual toda oferta cria sua própria procura. Nas teorizações sobre o crescimento retardatário, diferentemente,



percebeu-se, de imediato, a importância básica do mercado, conforme diagnosticada por Rosenstein-Rodan ainda em 1961.

A contribuição seminal desse autor foi completada pelo relatório do Banco Mundial *The East Asian Miracle*, de 2002, no qual se mostra que, na existência de mercado, as poupanças sobem endogenamente, constatação que vai nos permitir demonstrar a diferença fundamental entre os crescimentos clássico e retardatário. Assim, a *mainstream economics*, que não re-

conhece a diferença entre os dois, considera que como a tecnologia já se acha disponível para eles, a eliminação de seu atraso econômico depende exclusivamente de nível adequado de poupanças. Acontece que as constatações do Banco Mundial sobre o que ocorreu na Ásia mostram que as poupanças não constituem problema, dado que elas se elevam endogenamente ao existir mercado.

Esta é a diferença fundamental entre os crescimentos clássico e o retardatário. No primeiro, o im-

portante é o lado da oferta (poupanças e inovação tecnológicas), podendo o mercado ser ignorado. No segundo, o relevante é o mercado, podendo o aspecto da oferta ser deixado de lado.

Em termos de planejamento de longo prazo, isso significa, na prática, que no caso brasileiro o planejamento de longo prazo deve viabilizar exportações para os mercados internacionais. E segundo demonstra a experiência asiática, os produtos exportados devem ser os de tecnologia avançada.

Obras citadas

- BANCO MUNDIAL. *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. New York: Oxford University Press, 1993.
- BIELSCHOWSKY, R. e MUSSI, C. (orgs.). *Políticas para a Retomada do Crescimento*. Brasília: IPEA, 2002.
- CANO, W. Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento. *Revista Tempo do Mundo*. Brasília, IPEA, agosto de 2010.
- NACIF, A. Overcoming the Impossible Trinity. *Revista de Economia Política*. 2012. (está incompleta a referência)
- ROSENSTEIN-RODAN, P. Problems of Development in Eastern and South Eastern Europe in OKUN, B. e RICHARDSON, R. W. (orgs.). *Studies in Economic Development*. New York: Holt Rinehart and Winston, 1961.

Um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico do Brasil?

Wilson Cano*

É sempre um prazer aceitar o convite para comparecer às páginas do *Jornal dos Economistas do Corecon-RJ*, um órgão crítico permanente da economia brasileira. Contudo, falar do tema que acima nos propõe é problemático e complexo, pois o convite está acompanhado de duas perguntas: a) “Seria possível hoje construirmos e realizarmos um planejamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico do Brasil?” e b) “Quais seriam as linhas gerais de um planejamento de longo prazo viável (factível!) para o país?”

À primeira pergunta, respondo que em parte sim, podemos construí-lo, mas as condições políticas e econômicas presentes não permitiriam sua realização. À segunda, digo, resumidamente, que há factibilidade para se construí-las, mas os obstáculos políticos para sua efetiva factibilidade transcendem largamente o campo da Economia, e devem ser estudados, compreendidos e removidos dentro do campo da Política, tema que não vou tratar aqui.

Tenho escrito e falado sobre isso desde os “velhos tempos” (década de 1980), em que nosso antigo sistema de planejamento foi alquebrado pelas políticas curtoprazistas impostas pelo enorme problema gerado pela dívida externa. Tive ainda mais trabalho a partir da instauração das políticas neoliberais (década de 1990), que, mitigadas ou não, continuam desgovernando

nossa economia e nos afastando de pensar sobre o longo prazo, sobre os requisitos maiores de nosso desenvolvimento econômico¹.

Com tais políticas, o antigo e alquebrado sistema de planejamento simplesmente sucumbiu. Seu Ministério, que antes de fato planejava, passou, há muito, a tentar administrar as contas públicas orçamentárias, delas fazendo o deve e o haver, e as estimativas de nosso estrutural déficit nominal. Planejar? Metas? Desenvolvimento? Nunca mais disso tratou, salvo a contabilização do reduzido e sempre contido investimento público federal.

O que devemos entender por *Planejamento de longo prazo do desenvolvimento*? Em primeiro lugar, se requer, para isso, um mínimo de sentimento de soberania nacional e algumas ideias de como se precisaria contar com uma transformada e crescida economia, no futuro, para darmos conta de alguns dos principais problemas econômicos e sociais que hoje (perdão, há muito!) nos afligem: má educação e saúde públicas; crise urbana; precários sistemas de transporte coletivo e de saneamento; interminável e grande déficit habitacional (mais de 80% dele nas classes de baixa renda); elevadas dívidas públicas interna e externa; desindustrialização e baixa produtividade industrial; baixa introjeção de ciência e tecnologia; poluição; forte ameaça de uma crise hídrica e energética; criminalidade; e outros, muitos mais...

Mas a dimensão do tempo e da

massa de recursos financeiros que precisariam ser empregados para reduzir fortemente a maioria desses problemas superaria largamente, durante os próximos 25 anos, pelo menos o dobro de nossa atual e reduzida taxa de investimento total.

Temos recursos financeiros para isso? Nem todos, mas também não temos poucos. Temos um grande sistema financeiro público para enfrentar grande parte disso, mas a que taxa de juros? Para os empresários, a avaliação de seus riscos privados e de ganhos, por exemplo, com títulos da dívida pública, envolve cada vez mais nos fictícios investimentos financeiros. Mas até os bancos públicos têm que seguir os Acordos de Basileia: como libertá-los desses grilhões? Ainda mais tendo em conta que estão tentando “abrir o capital” da CEF, uma forma sutil de privatizar grande parte de seus recursos.

A forma positiva de se ampliar o investimento público não é essa que vem sendo usada, a quimera do corte do gasto público corrente (cortam de tudo, menos os juros, naturalmente), mas sim uma profunda reforma tributária e um equacionamento da dívida pública. Nenhum país pode ter uma taxa de investimento público maior, pagando cerca de 6% anuais de seu PIB em juros! Esta limitação tem sido estrutural, e foi radicalmente ampliada desde o Plano Real em 1994, e a partir daí, engessou o orçamento público.

Para a maior parte dos gastos sociais acima apontados, a demanda de recursos em divisas é re-



duzida, bem como suas pressões no Balanço de Pagamentos. Mas as decorrentes de uma importante parcela da necessária ampliação dos investimentos industriais e de alta tecnologia, sim, demandariam grande soma de divisas. Daí, portanto, nos defrontarmos com mais um dilema: como reduzir e conter nossa necessidade de financiamento (e IDE) externo? Como controlar os fluxos internacionais de capital? Como remover os obstáculos decorrentes de nossa adesão à OMC e a alguns acordos internacionais já assinados e outros ora em tramitação?

E quanto à necessária e imprescindível reindustrialização, que, aliás, já começa a ser falada até na Academia, a qual, de maneira mistificadora, tentava até há pouco negar a desindustrialização? Contudo, o problema aqui é muito mais complexo, pelas seguintes razões:

- a desnacionalização aumentou consideravelmente no setor industrial, retirando do Brasil parte de

seu poder de tomada de decisões de investimento público e privado;

- a morte de vários de nossos outrora grandes empresários industriais não foi só física (afinal, estamos nessa crise há 35 anos!), mas também decorrente de sua retirada produtiva e de sua metamorfose negativa por reverter seu capital produtivo à forma regressiva do capital mercantil. É muito difícil para um país a “reposição” de suas lideranças industriais;

- está no cerne dessa questão a baixa produtividade, se comparada à dos países desenvolvidos e, em especial à imbatível China. E essa baixa produtividade tem causas diversas, sendo as principais a taxa de câmbio valorizada e a queda do investimento em grande parte dos setores da indústria de transformação. Esta última causa, por sua vez, é também fortemente influenciada pela absurda taxa de juros que o país pratica;

- mas não podemos minimizar os importantes e graves problemas que teremos que enfrentar para essa tarefa, no que concerne a uma eventual reestruturação nacional de muitas cadeias produtivas, hoje internacionalizadas.

- mas o que acima falei é apenas parte dos obstáculos que precisam ser removidos ou contornados. Em primeiro lugar, a Geopolítica mudou e, agora, além dos conhecidos “Senhores do Mundo” há a concorrência com o sistema asiático de produção. E isto significa uma mudança estrutural nas relações internacionais do Brasil. Como vamos alterar nosso comércio “X primários/M industrializados” retomando o peso (até 2000 de 65% da pauta, hoje cerca de 36%) das exportações de manufaturados?

- como fazer uma política cambial, de juros e de crédito adequada a essa reconstrução? Para isso,

além de dar conta dos problemas institucionais internacionais, teríamos que reconstruir um Estado Desenvolvimentista para levar adiante essas mudanças, imprescindíveis para uma eficaz política industrial.

Mas até agora não falei das condições internas da Política Nacional. Ela se encontra de forma tão desestruturada, com seus principais partidos políticos tão descaracterizados – isto é, sem nenhum caráter –, que a governabilidade da política e da economia se tornou ainda mais difícil. Sem a sua reforma e retorno à governabilidade “sadia”, se-

rá impossível realizar as Reformas Política, do Judiciário e da Economia, fundamentais para o desencadeamento desse processo.

Repetindo o que tenho falado desde 1990, o “modelo” macroeconômico neoliberal adotado pelo Brasil não nos permite:

- Implementar e executar uma política industrial que atenda aos objetivos nacionais, sem que os obstáculos acima sejam contidos ou removidos. As razões, além daquelas decorrentes de compromissos internacionais assumidos, estão no fato de que não podemos manejar os principais instrumen-

tos de política econômica, os juros, o câmbio e o crédito;

- manter um crescimento econômico alto e persistente, dado que as restrições já apontadas são as causadoras de problemas que deterioram a finança pública e entorpecem o investimento público e o privado, obstaculizando a introdução de tecnologia e contendo a produtividade;

- mas causam ainda o pior dos problemas: para conter a inflação, reinventaram a ancoragem cambial e os altos juros, geradores de perda de competitividade, de importações e outros gastos internacionais desnecessários, de enormes remessas de rendas ao capital forâneo, e de uma enorme permissibilidade de entrada de capitais especulativos, que acabam se tornando necessários para cobrir os buracos do balanço de pagamentos, mas que, periodicamente, não evitam a fatal crise cambial. Passamos a conviver, assim, com o modelo ciclotímico – o conhecido voo da galinha –...

A tormenta retornou: não bastassem as aterrissagens forçadas da “galinha” em 1990-1992, 1997-1999, 2001-2003 e 2008-2009, padece agora da atual (2011-2015). Quando teremos uma nova e “esperançosa” decolagem?

* É professor titular do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (Cede) do IE/Unicamp.

1 Ver, entre outros: *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*. 4ª edição (ampliada). Campinas: Ed. Unicamp-, 1995; *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp/UNICAMP-IE, 2000; *Uma Agenda Nacional para o Desenvolvimento*. Revista Tempo no Mundo, v.2, nº 2, 12/2010. Brasília, IPEA, , ISS 2176-7025N; *(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento Econômico*. Cadernos do Desenvolvimento, nº. 15, jul-dez 2015. Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado.



Para além do ajuste fiscal

Antonio Corrêa de Lacerda*

A coerência das medidas econômicas é um dos aspectos mais relevantes das discussões sobre alternativas da política econômica, ou da economia política. Como não há decisões econômicas neutras, nem tampouco indolores, a questão é sempre levar em conta a relação custo-benefício de cada escolha. No curto prazo, chama a atenção o descompasso entre o objetivo de ajuste fiscal e a contínua elevação dos juros. O ajuste de qualidade a ser realizado, ao contrário do que está sendo praticado, seria cortar gastos correntes, preservando os investimentos e os programas sociais, pois, além de mais justos, geram efeito multiplicador sobre a economia. Já no longo prazo seguimos carentes de um plano estratégico.

Quando se considera o resultado fiscal em âmbito mais amplo, alguns dados chamam a atenção. Isso porque o Brasil é de longe o país que mais paga encargos sobre a sua dívida. No ano passado foram R\$ 311 bilhões (6,1% do PIB), valor que deve subir para cerca de R\$ 400 bilhões este ano. Vamos pagar R\$ 89 bilhões adicionais de uma conta já salgada de encargos sobre a dívida pública! Ou seja, todo o esforço fiscal a ser obtido no âmbito das contas públicas primárias, com aumento de impostos e corte de gastos e investimentos, será insuficiente para arcar com o acréscimo do pagamento de juros.

Nesse contexto, a prática de juros mais elevados do mundo e em elevação representa uma grande incongruência face ao ajuste fiscal pretendido, basicamente por duas

razões. Primeiro porque, além de inócua para reduzir a inflação, como apontamos em artigo recente¹, a elevação de juros provoca um encarecimento do crédito, do financiamento, o que faz com que haja diminuição no nível de atividades da economia. As empresas, faturando menos, recolhem menos impostos, fazendo com que haja queda na receita do governo, prejudicando o resultado primário. Vamos amargar este ano uma retração do PIB da ordem de 2%! Segundo, e mais grave, ainda no âmbito nominal das contas públicas, a elevação da Selic representa aumento de custo “na veia”, dado o perfil e característica da nossa dívida pública, que remunera a taxas de juros reais elevadíssimas os títulos públicos, independentemente do prazo de resgate.

Este é o verdadeiro “negócio do Brasil” e que resiste há décadas no país. Somos o único país no mundo que remunera seus credores, praticamente sem risco, e por qualquer prazo, juros reais (acima da inflação) de 6% ao ano. Isso diante de um quadro internacional em que a imensa maioria dos países pratica juros reais negativos, como nos Estados Unidos, Europa e Japão e outros, que mesmo diante de indicadores piores que o nosso, como inflação, déficit e dívida pública, adotam taxas de juros menores. No nosso caso, trata-se de uma transferência significativa de recursos públicos, portanto oriundos dos impostos que pagamos, para os credores da dívida pública, basicamente o setor financeiro e todos que realizamos aplicações financeiras. O fato é que nos tornamos uma sociedade viciada em



juros elevados, e adepta do rentismo, em contraponto à produção e ao investimento produtivo.

Ou seja, o verdadeiro ajuste a ser feito é de âmbito financeiro, atrelado ao perfil do nosso endividamento. Não é cortando investimentos e gastos sociais e gerando recessão que vamos conseguir o ajuste intertemporal das contas públicas – lembrando que controlá-las não é um fim em si mesmo, mas um meio. Enquanto não enfrentarmos essa questão crucial, permaneceremos reféns de ajustes de curto prazo, limitando o crescimento econômico e, portanto, adiando o desenvolvimento.

Enquanto isso, seguimos ao sabor de medidas pontuais. Foi decidida no início do ano a prorrogação do BNDES-PSI (Programa de Sustentação do Investimento), com novas condições. O custo da operação para Máquinas e Equipamentos foi elevado, embora permaneça imbatível frente às opções disponíveis no mercado privado de crédito.

Aqui vale a observação de que, ao contrário do que possa sugerir o

senso comum, sob o ponto de vista da competitividade não se trata de subsídio, mas de tentativa de equiparação das condições de financiamento dos produtores locais às observadas nos principais países concorrentes. Embora as taxas praticadas no PSI sejam abaixo da Selic, elas ainda são elevadas em termos internacionais. Países como China e Coreia do Sul, para citar dois dos principais países concorrentes, oferecem financiamento a taxas próximas de zero para os investimentos das suas empresas.

Portanto, é importante que não se perca de vista que não se pode deixar contaminar as decisões estratégicas, de médio e longo prazos, pelas medidas de estabilização de curto prazo. No caso brasileiro, o ponto fora da curva em termos de juros não está nas condições de financiamento de longo prazo, em geral restritas aos bancos públicos, mas na elevadíssima taxa de juros de curto prazo, para a qual não encontraremos precedente em nenhum outro país.

Daí a importância de um plano de medidas permanentes de Estado que propiciem um ambiente favorável ao desenvolvimento. A ditadura da financeirização apequena o debate na mídia, tornando-nos reféns do curtíssimo prazo. Trata-se de uma visão enviesada e parcial de uma questão muito mais ampla e que vai além de interesses específicos, especialmente dos rentistas.

Contar com aportes da China, como os US\$ 53 bilhões recém-anunciados, de nação detentora de reservas cambiais de quase US\$ 4 trilhões e com grande apetite investidor, é oportuno. Isso tendo em

vista os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira, especialmente a redução do ritmo de crescimento da economia chinesa, com consequente redução do crescimento do comércio e queda nos preços das commodities. Depois de trinta anos de crescimento de mais de 10% ao ano, nos últimos dois anos o PIB da China vem crescendo em torno de 7%, com um impacto apreciável na demanda. No âmbito doméstico, os ajustes em curso, que envolvem cortes no orçamento público de investimentos, restrições aos bancos públicos, elevação de juros, são fatores inibidores de investimentos e suas fontes de financiamento.

Em um contexto mais amplo, é preciso levar em conta os aspectos geopolíticos envolvidos. A China há tempos visa ampliar sua atuação em regiões como África e

América Latina, não apenas visando aproveitar as possibilidades no campo econômico, mas também buscando cobrir a ausência de autossuficiência no abastecimento de matérias primas, energia, alimentos e recursos hídricos. Já para o Brasil, a possibilidade de abertura de uma fronteira de saída para o Oceano Pacífico traz em seu bojo importantes alterações no seu relacionamento bilateral tanto com os países a oeste da América do Sul, como também da Ásia. Muito embora deva ser destacado que se trata de um projeto bastante polêmico e de difícil execução.

A relevância dos progressos de âmbito comercial é também um ponto de destaque, lembrando que a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil nos últimos dez anos, período no qual a corrente de comércio cresceu de

US\$ 9 bilhões para cerca de US\$ 80 bilhões ao ano. Há, nesse aspecto, um desafio qualitativo. 80% da pauta brasileira de exportação para os chineses está fortemente concentrada em commodities: soja (41%), minério de ferro (30%) e petróleo bruto (9%). Enquanto isso, as máquinas e equipamentos compõem a quase totalidade das exportações chinesas para o Brasil, segundo dados do MDIC.

Por outro lado, é preciso levar em conta que a estratégia chinesa está em vincular seus investimentos e linhas de financiamento de projetos para ampliar os espaços das suas empresas, no fornecimento de equipamentos, muitas vezes utilizando sua própria mão de obra. Daí a importância

de, além de atentar para os detalhes dos acordos, implementar políticas que, de forma competitiva, garantam o espaço para a atuação das empresas locais nas várias atividades previstas, aproveitando o efeito multiplicador dos investimentos realizados. Isso obviamente não é automático.

* É professor-doutor, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP e consultor. Site www.aclacerda.com

1 LACERDA, A.C e CAMPEDELLI, A.L. Uma crítica pós-keynesiana ao Regime de Metas de Inflação no Brasil. Pesquisa & Debate, Revista do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP, v.25, n.2(46), 2014. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21493>.



Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas: a sociedade e o Estado Brasileiro merecem essa conquista



O papel do Estado Brasileiro

O Estado teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país e acreditamos que ainda tenha, principalmente no sentido de diminuir as disparidades sociais e de renda. É do conhecimento de todos que temos uma das distribuições de renda mais perversas do planeta e continuamos convivendo com graves problemas sociais.

Em nosso entender, para enfrentar tal situação, o Estado não deve ser grande ou pequeno e sim ter um aparato do tamanho necessário para que possa exercer seu papel em defesa da sociedade e, ao mesmo tempo, ser controlado por ela.

Neste quadro, vamos lembrar que 83% dos estudantes antes de chegarem à universidade estudam em escolas públicas e que mais de 150 milhões de brasileiros dependem do Poder Público para serem assistidos na área da saúde. Portanto, se o Estado não estiver presente, a maioria absoluta da sociedade brasileira não será atendida nas áreas de educação e saúde.

Outro problema, que levou ao aprofundamento da crise brasileira foi o abandono do planejamento. O planejamento é um instrumento fundamental para que possamos alcançar objetivos de médio e longo prazo nas áreas da educação, tecnologia, saúde, infraestrutura, indústria e outras

Introdução

O Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo e as entidades abaixo assinadas, cientes de suas responsabilidades diante das categorias que representam, bem como da sociedade brasileira, vem apresentar proposta referente à Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas.

Sabemos que a Reforma Tributária é um tema complexo, de difícil implementação, que interfere em interesses poderosos e, por isso mesmo, precisa ser amplamente debatida por todos os brasileiros. E as entidades de nossa sociedade que têm compromisso com a de-

mocracia, a liberdade e a justiça social não podem se omitir em temas cruciais como esse.

É preciso pensar neste tema tendo em vista em primeiro lugar os interesses da nação, da parcela menos favorecida da população e no desenvolvimento econômico sustentável. É necessário refletir a partir de uma visão estratégica, de forma generosa, superar qualquer tipo de corporativismo, sem viés ideológico. É com este objetivo que apresentamos a proposta de Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas para contribuir com o debate na sociedade e com o governo que inicia seu novo mandato.

mais. E quem tem condições de fazer esse planejamento, levando em consideração os interesses da maioria da sociedade, é o Estado.

Para que o Estado possa estar presente de forma efetiva na execução das políticas públicas, precisa ter recursos suficientes. Para tanto, propomos uma reforma tributária estrutural em que possa haver a diminuição da cobrança de tributos sobre a grande maioria do povo brasileiro e também sobre as pequenas e médias empresas. Para isso, é necessário diminuir a carga sobre o consumo e sobre empresas e aumentá-la sobre a riqueza, a propriedade, a renda e a herança, preservando, desta forma, a capacidade de investimento da área pública.

Injustiça Tributária

Reforma Tributária com Transparência das Contas Públicas: a sociedade e o Estado Brasileiro merecem essa conquista.

O Brasil é um dos países mais injustos em relação à cobrança de tributos. Segundo dados do IPEA, as pessoas que recebem até dois salários mínimos despendem 53,9% do que ganham pagando tributos, e as que recebem mais de 30 salários mínimos, 29%. Isso ocor-

re porque cerca de 50% da carga tributária é indireta, ou seja, incide sobre o consumo. Para exemplificar, 40% do preço de uma televisão é de tributos, portanto de uma TV que custa R\$ 2 mil, R\$ 800,00 vão para os cofres públicos, sendo que um trabalhador que recebe mil reais por mês paga os mesmos R\$ 800,00 de quem ganha R\$ 30 mil mensais ao comprar esse bem. Essa forma de tributação caracteriza uma grande injustiça.

A reforma tributária que precisa ser debatida e concretizada em nosso país deve se espelhar em países como a Inglaterra, a Alemanha e outras nações desenvolvidas, onde a maior parte dos tributos é direta, incidindo sobre a riqueza, a renda, a propriedade e a herança.

Transparência das contas públicas e combate à corrupção.

Os brasileiros reclamam, com justa razão, que, apesar de pagarem muitos tributos, os serviços prestados pelo Estado, entre outros, nas áreas de educação, saúde e segurança pública deixam muito a desejar. Entre os cidadãos, há uma percepção clara que parte dos tributos arrecadados acaba se perdendo pelos ralos da corrupção.

Para enfrentar essa situação é preciso combater com todo o rigor a corrupção que envolve os negócios do Estado e, nesse combate, é necessária a participação direta da sociedade e de seus representantes. Os trabalhadores, empresários, lideranças sociais e respectivas entidades precisam desenvolver o espírito de cidadania e entrar para valer nessa luta.

Os sindicatos, federações de trabalhadores e de empresários, principalmente as que tenham estrutura devem destacar uma diretoria para acompanhar a execução do orçamento público dos municípios e estados onde estão situados e também do governo federal. O mesmo deve ser feito por parte dos movimentos sociais e de ONGs.

O Estado só existe porque o cidadão paga tributos. Por isso, precisa prestar contas de todos os seus gastos de forma clara, transparente e compreensível. E a sociedade, por sua vez, tem que acompanhar todos os gastos do setor público.

É preciso saber o custo do Poder Executivo, de cada ministério e secretaria, do Senado e Câmara Federal, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de todo o país e do Poder Judiciário. Saber também o custo de cada obra. A base dessas informações está regis-

trada no orçamento público e têm de ser divulgadas amplamente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal define como efetuar esse processo. É preciso ainda divulgar esses dados da forma mais clara e objetiva possível para que qualquer cidadão possa entendê-los.

O envolvimento da sociedade nas questões do Estado pode se dar, por exemplo, através da atuação dos Conselhos de Saúde, Educação, Transporte e outros, das Associações de Pais e Mestres e demais entidades.

Essas, além de se empenharem na melhoria da qualidade dos serviços que acompanham, devem também saber qual é o custo de manutenção das escolas, hospitais e de todos os equipamentos públicos. O quanto se gasta com o salário do seu corpo de funcionários, do material de consumo e dos investimentos.

Os membros dessas entidades precisam lembrar que é do bolso deles e de toda a população que sai todo o dinheiro da manutenção da área pública, portanto, precisam tomar conhecimento de qual é o nível de qualidade do atendimento e os custos que esse atendimento demanda. Essa prática deve se desenvolver em todo o aparato do Estado.

Proposta para a Reforma Tributária

A riqueza concentrada

Para o desenvolvimento sustentável, o nosso país necessita de um mercado interno em expansão e que preserve o meio ambiente. A má distribuição de renda e a injustiça tributária dificultam esse tipo de desenvolvimento. A reforma tributária que propomos

está na direção de aumentar, tanto interna como externamente, a competitividade dos produtos nacionais, o que gera empregos e reduz a inflação.

A elevação da participação dos tributos diretos permite tributar mais quem ganha ou tem mais, para desta forma poder tributar menos a população de baixa ren-

da, a classe média, as pequenas e médias empresas e setores estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico.

Nos livros de Economia do Setor Público pode-se verificar que uma das funções do governo é a distributiva, no sentido de se avançar na direção da justiça social através da maior taxação dos setores da

sociedade onde a renda e a riqueza são mais concentradas e investir nas áreas que favorecem a população de baixa renda. Essa ação se dá através dos princípios da tributação ideal, sendo que um desses princípios é o da capacidade e de pagamento dos cidadãos cujos indicadores devem ser a renda, o patrimônio, a herança, a riqueza.

Como salientamos acima, o Brasil é um dos países com os piores índices de distribuição de renda do planeta.

Recente estudo feito pela Prefeitura de São Paulo (Revista da Folha de São Paulo 3 a 9 de agosto 2014) mostra que os 1% mais ricos da cidade detêm 20% da renda e os 50% mais pobres ficam com 10,57%. Podemos afirmar, com toda a certeza, que essa é, no mínimo, a situação no resto do país.

Outro dado que demonstra o nível de concentração de riqueza em nossa sociedade são os números divulgados pela Agência Brasil (29/01/2008), apresentados pelo economista Márcio Pochmann no

estudo “Os Ricos no Brasil” (IPEA). Segundo o estudo, 20 mil clãs (famílias com cerca de 50 pessoas) recebiam 70% dos juros referentes aos títulos da dívida pública. Ou seja, este ano o governo federal deve pagar cerca de R\$ 300 bilhões de juros, esses 20 mil clãs (um milhão de pessoas) receberão R\$ 210 bilhões.

Em termos comparativos, o governo federal gastou no programa Bolsa Família, em 2014, cerca de R\$ 26 bilhões para atender 13 milhões de famílias, cerca de 50 milhões de pessoas.

O Relatório sobre a Riqueza Mundial 2013, elaborado pela KPMG em conjunto com a canadense RBC Wealth Management,

revelou que a quantidade de brasileiros com mais de 1 milhão de dólares disponíveis para investimento cresceu 0,2%, subindo para 165 mil em 2012. O Relatório sobre a Riqueza Mundial de 2012 mostra que, mesmo com a crise econômica global, o número de milionários no Brasil aumentou 6,2%, o que confere ao país a condição de figurar entre as 12 nações no mundo com o maior número de pessoas com este perfil. Para fazer o levantamento, a pesquisa apura e considera os indivíduos que possuem mais de US\$ 1 milhão disponível para investir.

Outro indicador que aponta que o Brasil ainda é dos países

mais desiguais do planeta é o recente estudo “O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares 2006-2012” (Carta Capital 28/01/2015) publicado pelos professores da UNB Marcelo Medeiros, Pedro H. G. Ferreira de Souza e Fábio Ávila de Castro. O estudo mostra que o 0,1% mais rico recebeu 11% da renda total. O 1% mais rico, aí incluído esse 0,1% recebeu 25% e os 5% mais ricos 44% da renda total.

Por si só, esses números justificam a necessidade de uma reforma tributária, no sentido de aumentar a tributação direta.

Imposto de Renda – IR



Histórico

No final do século XVIII, a Inglaterra estava ameaçada por Napoleão Bonaparte e necessitava angariar recursos para o financiamento da guerra. Com esta justificativa, em 1799 o imposto sobre a renda passou a ser cobrado.

Em 1842 após um período de marchas e contramarchas foi restabelecido definitivamente o imposto sobre a renda. Instituído como um simples imposto de guerra e para cobrir dificuldades financeiras, o imposto de renda passou a ser permanente e se transformou na principal fonte de recursos de muitos países. No Brasil, o imposto de renda foi instituído em 1922, através do artigo 31 da Lei nº 4.625 de 31 de dezembro de 1922, que orçou a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1923.

(1) É importante lembrar que,

entre 1983 e 1985 no Brasil havia 13 alíquotas, que variavam de 0 a 60%.

Atualmente, as alíquotas do IR são as seguintes: 7,5% para quem recebe entre R\$ 1.787,78 a R\$ 2.679,29; 15% para quem ganha de R\$ 2.679,30 a R\$ 3.572,43; 22,5% para quem ganha entre de R\$ 3.572,44 a R\$ 4.643,81 e 27,5% para aqueles que recebem acima de R\$ 4.643,81.

Exemplos de outros países

Entre 96 países analisados, a alíquota máxima do imposto de renda brasileiro de 27,5% está classificada em 56ª lugar.

De acordo com estudo da KPMG, consultoria internacional, apesar de não figurar entre as maiores alíquotas do mundo, o Brasil está entre os países no qual a alíquota máxima do imposto incide sobre uma renda relativamente

baixa, na comparação com outras partes. Isso significa que, enquanto em alguns países os “muito ricos” pagam taxas bem maiores, no Brasil não existe essa diferença. Segundo o levantamento, considerando apenas a América Latina, o Brasil possui a 9ª maior alíquota, entre os 17 países analisados.

Exemplos de alíquotas máximas ou intervalo entre alíquotas do imposto de renda:

- Suécia – 56,5%
- Inglaterra – 0 a 50%
- Portugal – 46,5%
- Alemanha – 0 a 45%
- México – 30%
- Argentina – 9 a 35%
- Chile – 0 a 40%

Proposta

Isenção para quem ganha até um salário mínimo do DIEESE (R\$2.975,55/Dez.2014) e, a partir desse patamar, alíquotas de 8% de diferença, até 40%.

Imposto Sobre Herança

O imposto sobre a herança no Brasil é definido no artigo 155, item I da Constituição Federal, onde se lê que este imposto é de competência estadual. No Estado de São Paulo, é de 4%.

Posteriormente, em 5 de maio 1992, o Senado Federal aprovou a Resolução de número 9, definindo um teto de 8% para esse imposto. Aqui cabe argumentar que, em nosso país, uma Resolução do

Senado é superior ao definido pela Constituição Federal, pois esta define que os Estados é que devem instituir as alíquotas, mas o Senado, com a definição de um teto, na prática, revogou este artigo.

A Resolução estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de que trata a línea “a”, inciso I, e § 1º, inciso IV do artigo 155 da Constituição Federal. (2)

Exemplos internacionais

Na Inglaterra, esse imposto tem mais de 300 anos e o então primeiro ministro inglês na época da segunda guerra mundial, Winston Churchill, dizia que: “esse imposto é muito bom para evitar ricos indolentes”.

Exemplo de cobrança de imposto sobre herança em outros países:

- Inglaterra – 40%

- França – 32,5%
- Japão – 30%
- Estados Unidos – 29%
- Chile – 13%.

Proposta

- Abolir a Resolução do Senado.
- Federalizar a aplicação desse imposto.
- Aumentar de forma progressiva as alíquotas desse imposto até 30%.

Impostos sobre a Propriedade

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

O IPTU é tratado nos artigos 156 e 182 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional número 29, de 13 de setembro de 2000, onde se estabelecem alíquotas progressivas. Nesse sentido, já há legislação que permite a progressividade desse imposto, o que possibilita uma maior arrecadação junto à parcela com maiores e melhores propriedades urbanas, dependendo sua cobrança da atuação de cada prefeitura.

Imposto Territorial Rural - ITR

O imposto sobre a propriedade da terra foi instituído no Brasil pela Constituição Republicana de 1891, vigorando em âmbito estadual. A responsabilidade dos estados pela cobrança e administração do imposto foi mantida nas Constituições de 1934, 1937 e 1946. Em 1961, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 5, o ITR foi transferido aos muni-

cípios e, em 1964, com a Emenda Constitucional número 10, ocorreu a transferência para a competência da União. A promulgação do Estatuto da Terra em 1964 impôs funções extrafiscais ao imposto, que passa, em princípio, a auxiliar as políticas públicas de desconcentração da terra.

Ao contrário do IPTU, que é lançado pelas prefeituras, cabe ao proprietário rural lançar o valor de sua propriedade no ITR, ou seja, ele paga em cima daquilo que declara - o formulário preenchido é semelhante ao imposto de renda. Caberia ao Poder Executivo verificar se a declaração é verdadeira ou não.



Um exemplo claro da necessidade de aumentar as alíquotas desse imposto e fiscalizar as declarações do ITR é que, durante todo o ano de 2012 foi arrecadado em todo o território nacional R\$ 677 milhões. Em termos de comparação, esse total foi menor do que dois meses de arrecadação do IPTU da cidade de São Paulo que, no mesmo período, atingiu R\$ 5 bilhões – média mensal de R\$417 milhões. Esses dados demonstram que, na prática, esse imposto é irrisório, apesar da agropecuária responder em 2012 por 9,6% do PIB. Há, portanto, uma ampla margem para a elevação de forma progressiva das alíquotas desse imposto, principalmente nas grandes propriedades ociosas e nas exploradas pelo agronegócio.

Proposta

- Rigorosa fiscalização das declarações do ITR feitas pelos proprietários de terra, similar à do Imposto de renda.
- Aumentar as alíquotas progressivamente na cobrança desse imposto.

Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF

O Art. 153 da Constituição Federal estabelece que: “Compete a União instituir impostos sobre grandes fortunas, que será instituído nos termos de lei complementar (Item VII)”. Essa lei complementar não foi regulamentada até hoje, 26 anos após a aprovação da Constituição.

Segundo o economista Amyr Khair, o IGF poderia ser cobrado de forma progressiva, arbitrando-se um nível mínimo de isenção e

incidindo através de alíquota reduzida sobre o valor do patrimônio declarado no imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas.

Proposta

- Regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

- A Receita Federal deve informar o valor do patrimônio das pessoas por faixa de renda.

- Devido à elevadíssima concentração da riqueza financeira e, por consequência, dos descomunais ganhos com os juros pagos para os detentores da dívida pública, iniciar a regulamentação da cobrança desse imposto por essa área.

Como sabemos, os aplicadores no mercado financeiro pagam imposto de renda sobre os ganhos com juros, que variam conforme o tempo de aplicação.

As alíquotas que apresentamos é sobre o total que está aplicado, além do imposto de renda já pago:

De R\$ 5 milhões a R\$ 10 milhões - 0,5%

De R\$ 10,1 milhões a R\$ 20 milhões - 1,0%

De R\$ 20,1 milhões a R\$ 30 milhões - 1,5%

De R\$ 30,1 milhões a R\$ 50 milhões - 2,0%

Mais de R\$ 50 milhões 2,5%

Conclusão

Sabemos que uma reforma tributária deve abranger e dar diretrizes também sobre a cobrança dos tributos indiretos.

Avançar nas mudanças da cobrança de ICMS, com critérios definidos para todo o país, redimensionando suas alíquotas, organizando um Fundo de Equalização de Receitas para compensar qualquer eventual perda de receitas com as mudanças desse tributo.

Decidimos, entretanto, centrar a nossa contribuição nas questões apresentadas nesse documento porque, em nosso entender, elas são o centro da injustiça tributária e o canal por onde devemos iniciar o debate sobre esse tema de enorme importância para o desenvolvimento social e econômico de nosso país.

São Paulo, maio de 2015

Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – ADUSP

Conselho Regional de Economia – 1ª Região-RJ

Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro

Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC - ADFABC

(1) Primeiro regulamento do imposto sobre a renda (art. 31 - Fica instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido, anualmente, por toda a pessoa física ou jurídica, residente

no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem). O Decreto nº 16.581 de 4 de setembro de 1924 aprovou o regulamento do imposto sobre a renda. Já tinham sido publicados outros Decretos que aprovavam o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto sobre a renda, como o Decreto nº 13.051 de 5 de junho de 1918, que aprovou o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto sobre dividendos e juros de obrigações ou debêntures; o Decreto nº 14.263 de 15 de julho de 1920 e o Decreto nº 14.729 de 16 de março de 1921, que contemplava tributação apenas sobre alguns rendimentos como dividendos, juros, lucros e prêmios. Não tira, porém, o pioneirismo do Decreto nº 16.581/1924,

mais abrangente e completo e o primeiro regulamento após a efetiva instituição do imposto de renda.

(2) Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do inciso IV, do § 1º, do artigo 155 da Constituição, e eu, Mauro Benevides, presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º: A alíquota máxima do Imposto de que trata a alínea “a”, inciso I, do art. 155 da Constituição Federal será de oito por cento, a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 2º: As alíquotas dos Impostos, fixadas em lei estadual, poderão ser progressivas em função do quinhão que cada herdeiro efetivamente receber, nos termos da Constituição Federal.

Art. 3º: Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Corecon-RJ abre inscrições para V Encontro de Economistas da Região Sudeste

O V Encontro de Economistas da Região Sudeste acontecerá nos dias 6 e 7 de agosto no Auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, 20, Centro. Os interessados em participar do evento, que contará com uma palestra e duas mesas de debate, devem entrar em contato com o Corecon-RJ no telefone 21 2103-0105.

José Luís Fiori, do IE-UFRJ, fará em 6 de agosto às 19h a palestra inaugural do Encontro sobre o tema o Brasil e a geopolítica mundial. No dia seguinte às 10h, Márcio Pochmann, José Ribeiro e Roberto Olinto Ramos debaterão os indicadores econômicos e sociais do Brasil. Às 15h, Reinaldo Gonçalves, Luiz Carlos Bresser Pereira e João Antonio de Paula discutirão a política macroeconômica para o futuro do país.